



TERMO DE REFERÊNCIA PEDIDO Nº 84/2020

1. O OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o processo licitatório, determinando as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada na execução de serviços de transporte de passageiros sob regime de fretamento para transportar pacientes da cidade de Dourados para Campo Grande, em veículo tipo ônibus com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros sentados. O mesmo deverá ter acessibilidade para pacientes de necessidades especiais, com todos os componentes de segurança, documentação regular e tempo de fabricação de no máximo 08 (oito) anos conforme comprovação por apresentação do certificado do INMETRO.
- 1.2. As especificações e quantidades encontram-se descritas na Proposta de Preços, parte integrante do edital de licitação.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1 A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, Apêndice "A" do presente termo.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 3.1. Os itens que compõe o objeto da licitação têm a natureza comum, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 10.520/02, c/c inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024/19.
- 3.2. Os serviços a serem executados possuem especificações conforme Proposta de Preços (Anexo I do edital).
- 3.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no Apêndice "C" do presente termo.
- 3.4. A contratação objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, terá como tipo o "Menor Preço" e como critério de julgamento o valor do item.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE)

- 4.1 Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado serviços com características pertinentes e compatíveis ao objeto da presente licitação.
 - I. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
 - II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
- 4.2. PROPOSTA



- 4.2.1 Licença de Funcionamento expedida pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da Licitante, para exercer atividade, que esteja dentro do prazo de validade. No caso do Distrito Federal, a Licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.
- 4.2.2 A licitante deverá apresentar cópia do CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo e do comprovante de quitação do Licenciamento e IPVA em nome da empresa vencedora.
- 4.2.3 Prova de Registro junto a Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT – para transporte terrestre, em plena validade da empresa e do veículo em nome da empresa contratada.
- 4.2.4 A licitante deverá apresentar Registro na AGEPAN - Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos no ato da contratação em nome da empresa contratada.

5. DA VISTORIA E VISITA TÉCNICA

- 5.1 A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram o presente edital.
- 5.2 Será obrigatório a realização de Vistoria Técnica aos vencedores do certame, no intuito de propiciar aos interessados, o exame, a conferência e a constatação de todos os detalhes e características técnicas do objeto.
- 5.3 A realização da Vistoria Técnica deverá ser previamente agendada junto ao Departamento de Gestão Operacional da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Coronel Ponciano, nº 900, Parque dos Jequitibás, Município de Dourados-MS, dentro do horário das 07:30 às 13:30.
- I. A licitante vencedora será convocada a agendar a vistoria técnica em até 03 (três) dias úteis e prorrogável por mesmo período, contados da data da convocação do pregoeiro.
- II. Para a vistoria o interessado, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.
- 5.4 A Secretaria entregará ao representante da licitante Termo de Vistoria do Veículo, desde que, o mesmo atenda aos requisitos solicitados no presente termo. Tal documento deverá ser apresentado ao pregoeiro, fazendo parte da documentação técnica da mesma.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Das especificidades dos serviços

- 6.1 Os serviços serão executados pelo período de 12 (doze) meses, sendo uma média mensal de 20 (vinte) viagens (considerando ida e volta como uma viagem) de segunda a sexta – feira para a Cidade de Campo Grande – MS.
- 6.2 O itinerário das residências será definido pelo setor de agendamento do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.3 A listagem com os nomes dos pacientes, endereço, telefone e hospital de referência será disponibilizada a empresa contratada até as 12:00hs do dia anterior a viagem no Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde localizada na Rua Ciro Melo nº 2733, Jardim Central em Dourados – MS.
- 6.4 A empresa contratada ficará responsável civil e criminalmente pela qualidade dos serviços que executar, por si ou por seus prepostos, sendo assim, sua responsabilidade:



- 6.5 Atender todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro – CTB para os veículos que serão utilizados e para qualificação técnica dos motoristas.
- 6.6 Executar os serviços de transporte em horário previamente solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.7 No caso de indisponibilidade do veículo, a contratada deverá providenciar a sua imediata substituição, a partir da comunicação verbal ou escrita feita pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.8 As despesas referentes à substituição de veículos, inclusive com combustível utilizado para levar o veículo substituído até o local da Substituição, correrão a expensas da contratada.
- 6.9 A contratada responsabilizar-se-á pelas despesas decorrentes de emplacamento dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, bem como as de socorro mecânico e guincho, caso seja necessário.
- 6.10 No caso de quebra de veículo em trânsito o condutor imediatamente comunicará a contratada para providenciar a substituição do mesmo visando à continuidade da viagem, devendo de tal fato haver comunicação à Secretaria Municipal de Saúde.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 7.1 Obriga-se a Contratada a buscar os pacientes nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Saúde para levá-los até a cidade de Campo Grande.
- 7.2 Na cidade destino (Campo Grande), obriga-se a levar os pacientes nos locais onde os mesmos serão atendidos, bem como buscá-los após as respectivas consultas/exames/procedimentos.
- 7.3 A Contratada deverá disponibilizar veículo, com motorista, com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros para cidade de Campo Grande, com bancos individuais reclináveis, geladeira com capacidade mínima de 50 litros, ar condicionado, direção hidráulica, veículo com no máximo 08 (OITO) ano de uso.
- 7.4 Os itinerários a ser realizado pelos veículos deverão respeitar a ordem de serviço expedido pelo setor competente (Serviço Social), não podendo o paciente ser deixado mesmo que a seu pedido em local diferente do que constar na referida ordem de serviço. Qualquer alteração do itinerário deverá ter prévia autorização por parte da Secretaria Municipal de Saúde, através da coordenação do setor de Transportes.
- 7.5 Os percursos podem ser alterados de acordo com a demanda, controlada pelo Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados.
- 7.6 A contratada ficará responsável em fornecer motorista com Carteira Nacional de Habilitação categoria “D” ou superior, além de arcar com todos os gastos da viagem relativos à alimentação e hospedagem de seus funcionários, pedágios, eventuais multas, taxas de estacionamento, limpeza dos veículos e combustível.
- 7.7 Apresentar o veículo em perfeitas condições de funcionamento e uso, com a documentação devidamente atualizada e devidamente em dia, incluindo-se, cobertura de riscos, ou seja, seguro do veículo contra danos materiais e pessoais causados a terceiros.
- 7.8 À licitante vencedora cabe assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.



- 7.9 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a entrega do serviço objeto deste Termo de Referência, encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1 Estimam-se os gastos com o serviço o valor de R\$ 861.900,00 (oitocentos e sessenta e um mil e novecentos reais).

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1 As despesas correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária.
- 12.00. – Fundo Municipal de Saúde de Dourados;
 - 12.01. – Secretaria Municipal de Saúde;
 - 10.302.15 – Atenção de Média e Alta Compl. Amb e Hosp, urgência e emergência;
 - 2095 – Manutenção da Rede de Atenção a Saúde Especializada, Ambulatorial e Hospitalar;
 - 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- a. Constituem obrigações da Contratada:
- I. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
 - II. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto deste CONTRATO, inclusive mão-de-obra, locomoção, seguro de acidentes, imposto, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com o CONTRATANTE;
 - III. Arcar com todas as defesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, encargos sociais, impostos, exames médicos dos seus empregados, além das decorrentes do cumprimento das obrigações trabalhistas, taxas, impostos, sem qualquer ônus ao Contratante;
 - IV. Dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na integra solicitadas;
 - V. Entregar os materiais solicitados de acordo com a descrição.
 - VI. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
 - VII. Obrigar os funcionários a apresentar-se portando documentos de identificação e com vestimenta adequada;
 - VIII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
 - IX. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;



- X. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, quando for necessário;
- XI. Cumprir os postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;
- b. Constituem obrigações do Contratante.
 - I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
 - III. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - IV. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
 - V. Efetuar os pagamentos nos prazos e condições pactuados;
 - VI. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem executados;
 - VII. Exercer a fiscalização da execução dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
 - VIII. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
 - IX. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a execução dos serviços;
 - X. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 11.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1 A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no edital no Contrato e legislações correlatas.



13. VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 13.1 O presente instrumento terá vigência contada a partir da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial e com término em 31 de dezembro de 2020.
- 13.2 Este Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.
- 13.3 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes a contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.
- 13.4 No caso da execução do Contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1 O pagamento será efetuado em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.
- 14.2 Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.
- 14.3 A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:
- I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;
 - II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;
 - III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.
- 14.3.1 No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "A", devidamente assinada pelo responsável e no original.
- 14.3.2 A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos materiais e, conseqüentemente da nota fiscal.

15. FUNDAMENTO LEGAL

- 15.1 Este termo foi elaborado obedecendo ao disposto nas normas e procedimento administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Decreto Municipal nº 368 e 20 de junho de 2009, Lei Complementar nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, e 21 de junho de 1993 e alterações e



constitui peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório vinculando-se ao edital e seus anexos.

16. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 16.1 Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pela servidora Paula da Silva Claudino, matrícula funcional nº 114766060-5, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.


Paula da Silva Claudino

Diretora Departamento Operacional

17. DA AUTORIZAÇÃO

- 17.1 Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "A" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

Dourados, 30 de Outubro de 2020.


Jackson Farah Leiva
Secretário Adjunto de Saúde



APÊNDICE "A"
JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de pacientes se deslocarem da cidade de Dourados para Campo Grande e dentro do Município de Dourados, com a finalidade de realizar exames ou procedimentos que não são realizados neste Município, sendo a cidade de Campo Grande, a capital do Estado, possuindo especialidades médicas não existentes em Dourados.

Considerando que é dever do Município assegurar o acesso à saúde, direito albergado na Constituição Federal a qualquer cidadão, é que se faz necessária a contratação do serviço acima citado e que o número de pacientes que necessitam deste serviço está sendo superior ao número de vagas disponíveis pelo contrato vigente.

Desta forma, visa esta Secretaria de Saúde permitir o fluxo dos pacientes que necessitam de assistência médico-hospitalar, cujo procedimento seja considerado de alta e média complexidade eletiva. Muitos dos pacientes e acompanhantes que fazem uso do serviço ofertado de transporte, o fazem por períodos regulares e por vezes semanalmente, portanto não podendo ficar sem o transporte para não colocar sua saúde em risco.

Salientamos que o Tratamento Fora do Domicílio regulamentado no âmbito nacional, instituído pela Portaria nº. 55/99 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), sendo este um instrumento legal que visa garantir através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem quando esgotado todos os meios de atendimento

Dourados, 30 de Outubro de 2020.


Jackson Farah Leiva
Secretário Adjunto de Saúde



APÊNDICE "B"
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ART. 4º
(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

Prefeitura Municipal de Dourados

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

- I. Preenche os seguintes requisitos:
 - a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
 - b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;
- II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



APÊNDICE "C"

1. CÓDIGO DO ITEM NO CATMAT/CATSER (COMPRASNET) E INTERVALO MÍNIMO DE LANCE

MATERIAL	CÓDIGO DO COMPRAS (N&A)	UNIDADE COMPRAS (N&A)	UNIDADE CATMAT/CATSER	CÓDIGO CATMAT/CATSER
Serviço de transporte de pacientes, com fornecimento de veículo e mão de obra de motorista habilitado, no percurso de Dourados X Campo Grande X Dourados (aproximadamente 600 Km). Veículo tipo ÔNIBUS de no mínimo 40 (quarenta) ocupantes sentados, com acessibilidade para pacientes com necessidades especiais, com todos os componentes de segurança, documentação regular, tempo de fabricação de no MÁXIMO 08 (OITO) anos.	5640	VIAGEM	VIAGEM	25763

2. DO MODO DE DISPUTA E DISPONIBILIDADE DO VALOR

- 2.1 Será adotado o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 2.2 O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação não será sigiloso.

3. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERENCIA A LOCAIS E REGIONAIS

- 3.1 Será concedida margem de preferência para MPE sediadas local ou regionalmente a esta licitação, conforme benefício estabelecido no art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações.

Justificativa: Aplicável.